

AS ÁGUAS MANSAS DE SILOÉ

Um mergulho ecofeminista em questões de vida e morte

Mônica Ottermann

A água e o ecofeminismo

A água é o elemento mais básico e mais importante da nossa Terra. Sem ela, a vida neste planeta não seria possível – e mais ainda: ela nunca teria nascido. Quando se desenvolveu a primeira vida na Terra, na forma de pequeninas células, isso aconteceu dentro da água. As formas de vida se aperfeiçoaram e se ramificaram, ao ponto que a maioria das coisas vivas chegou a existir fora da água. Mas, até hoje, a forma mais sofisticada de vida, a do mamífero, nasce da água do útero materno.

Desde o século XX, porém, esta vida da nossa Terra, e todas as vidas nela, estão ameaçadas de morte, por falta de água. Isto não é um problema “natural”, não é falta de generosidade da Mãe Terra que nos gera e alimenta. Sabemos bem que a diminuição das chuvas e das águas potáveis e a sua poluição são conseqüências da violência e do abuso praticados há milhares de anos pela espécie humana.

Uma visão pessimista da situação poderia constatar que esta espécie faz pouco para mudar seu comportamento suicida – poderíamos desanimar diante de tantos crimes ecológicos, do desperdício generalizado e da privatização da água, diante de muitos outros sinais da total irresponsabilidade e do egoísmo cínico da maioria dos seres humanos, sobretudo daqueles que detêm o poder econômico e político. Uma visão otimista e comprometida com a vida, porém, pode valorizar e apoiar as inúmeras tentativas de converter a situação, as iniciativas que buscam pensar e praticar uma conversão dos nossos hábitos e das nossas relações – quer sejam elas de organismos internacionais como a da ONU que proclamou, no ano 2000, a Década das Águas, quer sejam de bairros, povoados, associações e movimentos locais ou nacionais no nosso Brasil.

Neste quadro das forças comprometidas com a *vida* – a vida da nossa Terra e de tudo que faz parte do seu Grande Corpo – tem surgido há vinte anos uma variante entre os movimentos de luta social que chegou a ser chamada de “ecofeminismo”. O nome une o aspecto da ecologia e do feminismo e significa um pensamento e movimento que trabalha a conexão ideológica entre a exploração da natureza e das mulheres dentro do sistema hierárquico-patriarcal. Este sistema de dominação violenta e exploração ego-cêntrica da natureza, das mulheres e dos homens socialmente mais fracos, instalado há milhares de anos, está em vigor até hoje. Mas muita gente já percebeu que ele não é natural, senão construído socialmente em prol dos interesses de uns poucos homens (e mulheres) das elites. E muita gente já está se empenhando para mudar as relações entre os seres humanos e com a natureza.

No âmbito do ecofeminismo em geral desenvolveram-se diversas teologias e espiritualidades ecofeministas. Cada uma delas procura, do seu jeito e a partir de seu

chão, recuperar a vida plena do ecossistema e, dentro disso, a vida das mulheres. Nisso, as espiritualidades ecofeministas na América Latina dão especial atenção à situação das mulheres mais empobrecidas e exploradas, porque em geral são elas que mais sofrem com as conseqüências dos problemas ecológicos.

A tão sonhada recuperação da *vida* baseia-se, principalmente, na convicção de que todas as coisas vivas existem sempre e apenas em interdependência, que não existe divisão ou contradição entre os seres humanos e o “restante” da natureza. Os seres humanos com suas intervenções na natureza, com suas culturas, fazem parte do Grande Corpo da Terra. Portanto, no centro das nossas atenções e atitudes deve estar o interesse da Terra em geral, e não apenas o interesse da humanidade. Isso significa que devemos nos converter do antropocentrismo e androcentrismo, ou seja, de um egocentrismo que coloca no centro dos interesses apenas o ser humano e especialmente o homem. Devemos ensaiar o ecocentrismo, ou seja, criar atitudes e relações que recuperam e respeitam o sistema ecológico do qual nós, homens e mulheres, fazemos parte.

Para isso, devemos redescobrir também a grande diversidade de rostos do divino e do sagrado, dentro e a partir do Corpo da Terra. Há milhares de anos, as religiões foram pensadas dentro do sistema antropocêntrico e hierárquico-patriarcal. Isso levou a uma distorção e deturpação da fala sobre Deus e a Vida, a uma divisão entre o divino e o humano, o sagrado e o terrestre. A Bíblia não ficou isenta destes desvios. Muitas vezes, ela mostra pouco da força original do divino e do sagrado, e mostra muito das violências contra a natureza em geral e os seres humanos em particular, como se concordasse que “a vida é assim”, como se isso fosse fé e vontade de Deus. Portanto, torna-se sempre mais urgente discernir bem as palavras da Bíblia para descobrir e recuperar o que são, entre elas, verdadeiras Palavras de Vida – *vida* para a Terra e todas as coisas vivas que ela gera e alimenta.

Neste artigo, queremos refletir numa atitude ecofeminista sobre um pequeno aspecto desta temática, voltando a nossa atenção crítica para as águas da cidade de Jerusalém, as águas de Gion e de Siloé.

A água e a terra de Canaã/Israel

A “Terra da Bíblia” é uma pequena faixa de terra entre o Mar Mediterrâneo e o Rio Jordão. Antigamente era chamada “Canaã”, depois, por causa do povo que se formou nela, “Terra de Israel”, e mais tarde, sob a influência do Império Romano, “Palestina”. Tendo um clima subtropical e ficando numa região entre mar e deserto, esta terra é marcada por uma época de chuva e uma de seca. A primeira ocorre aproximadamente nos meses de outubro até março, a segunda nos meses de abril até setembro. Não existem grandes rios – mesmo o famoso Jordão é relativamente pequeno. Além disso, muitos rios e córregos secam nos meses sem chuva, ou seja, suas fontes não são perenes. Por isso, a água era – e é até hoje – extremamente preciosa.

Na medida em que desenvolveram as tecnologias necessárias, os moradores da região conseguiram melhorar sua situação de vida de duas maneiras: furando poços ou construindo cisternas. A Bíblia chama de “poço” um buraco cavado na terra para en-

contrar um lençol de água, e como no caso das fontes este lençol pode secar por certos períodos, de maneira que o poço fica seco. Chama de “cisterna” um reservatório, em geral subterrâneo, para o qual são conduzidas as águas das chuvas, recolhidas em sistemas às vezes altamente sofisticados de recipientes e canais. Em solo de pouca consistência, as cisternas precisam ser revestidas com cal, para ficar impermeáveis. Somente a partir do conhecimento desta tecnologia, por volta do século XI antes da Era Comum (aEC), tornou-se possível uma agricultura mais extensa na região montanhosa de Judá que dependia deste tipo de cisternas revestidas. Cisternas são, enfim, a possibilidade mais frágil de garantir a água: exigem muito trabalho para serem construídas, dependem de uma constante e boa manutenção, e a água guardada nelas por muito tempo pode se tornar insalubre. Portanto, a água mais preciosa, procurada e muitas vezes disputada, chamada na Bíblia de “água viva”, é aquela de uma boa fonte perene, ou seja, de uma fonte cujas águas não secam nem nos meses da seca.

Gion, a fonte sagrada de águas paradisíacas

A cidade de Jerusalém dispõe de uma única fonte perene, chamada Gion. Ela fica no Vale Cedron, a leste da colina em cima da qual começou a fundação desta cidade, a chamada Colina Sul-Oriental. A palavra hebraica por trás do termo aportuguesada Gion é *gihon* e significa “a jorradora”. Sendo uma fonte de pouco volume, ela não dá origem a um grande rio, senão a um pequeno córrego. Porém, como diz o seu nome, é uma fonte forte e confiável – e suas águas são perenes.

Encontramos no Primeiro Testamento muitas notícias sobre Gion, entre elas algumas observações ligadas a contextos míticos. Elas nos fazem lembrar o fato de que fontes, nos tempos primordiais, eram sagradas, consideradas e cultuadas como parte do grande Corpo Sagrado da Terra, como veias plenas de poderes e forças vivificantes, em geral ligadas a Deusas, Fontes e Provedoras da Vida.

O Salmo 46, que celebra a presença e proteção de Yhwh para a sua cidade Jerusalém, reza no v. 5: “as águas de um rio alegram a Cidade de Deus”.

A palavra traduzida aqui por “águas” significa literalmente os “braços” de um rio, leitos naturais ou canais artificiais nos quais ele se divide. Esta imagem, e o simples fato de falar de um “rio”, usando a palavra *nahar* que significa também *o grande rio por excelência*, o Eufrates, mostram um exagero que de forma alguma corresponde à situação real das águas de Jerusalém: o Gion não se ramifica em braços que banhassem a cidade de todos os lados como sugere a imagem, e não é, de jeito nenhum, um rio, e sim apenas um fiozinho de água, um simples córrego. Há que supor que esta imagem tem a ver com uma realidade mais profunda, mítica, que atribui à “Cidade de Deus” um rio forte e abundante, um rio como ele é sonhado ainda na época do exílio, na visão da Fonte do Templo no capítulo 47 do Livro do profeta Ezequiel:

“eu vi água que escorria de debaixo da soleira do templo para o lado do oriente...
depois de 500 metros, a água dava pelos tornozelos...
depois de outros 500 metros, dava pelos joelhos...
depois de mais 500 metros, dava pela cintura...”

depois de outros 500 metros, era uma torrente que eu já não podia atravessar...
Nas margens, de um lado e do outro, havia árvores abundantes...
E a água entra no Mar (Morto) cujas águas tornam-se potáveis...
Haverá abundância de peixes, pois onde quer que esta água chegue,
ela levará Vida...”

Não podemos aprofundar todas as implicações desta metáfora, usada e abusada basicamente como propaganda para a reconstrução do templo destruído pelos babilônios, ou seja, usada para os fins da restauração de um sistema que justamente *não* prometia vida. O que nos interessa aqui é o fato de que nem mesmo a teologia de um projeto político-religioso altamente orientado em interesses sacerdotais e cultuais conseguiu abrir mão da poderosa imagem mítica de um rio que traz vida em abundância.

Para o consolo de quem prefere contemplar teologias que divulgam projetos populares, a mesma imagem encontra-se na utopia da Nova Cidade de Jerusalém, onde finalmente se prescinde de um templo (e de muralhas de portas trancadas), no capítulo 22,1-2 do Apocalipse de João:

“O anjo mostrou para mim um rio de água viva; era brilhante como um cristal.
O rio brotava do trono de Deus e do Cordeiro.
No meio da praça, de cada lado do rio, estão plantadas Árvores da Vida;
elas dão fruto doze vezes por ano, todo mês elas frutificam;
suas folhas servem para curar as nações.”

Todas estas imagens antiqüíssimas, e muitas outras ainda, devem estar por trás de uma outra menção do Gion, no texto enigmático do segundo Mito da Criação, em Gn 2,10-14:

“Um rio saía de Éden para regar o jardim,
e de lá se dividia em quatro braços.
O primeiro chamava-se Fison...
O segundo rio chama-se Gion: ele rodeia toda a Terra de Cuch.
O terceiro rio chama-se Tigre e corre pelo oriente da Assíria.
O quarto rio é o Eufrates.”

São inúmeras e contraditórias as tentativas de explicar a presença do Gion no meio dos grandes rios e, além de tudo, ligado à terra de Cuch, a atual Etiópia no continente africano, mas a maioria dos biblistas concorda que a menção tem uma forte conotação mítica. A interpretação que nos parece a mais provável é a seguinte: O texto fala realmente do córrego Gion de Jerusalém, porque, apesar de sua pequenez, ele era muito importante e precioso para esta cidade. Além e, justamente, por causa da sua importância para a vida da cidade, ele ganhou um papel extremamente importante em antigos ritos e mitos locais, ritos e mitos ligados a deusas, forças da natureza e à memória de uma vida feliz em sociedades pacíficas que viviam em harmonia com a natureza. Desta maneira, os autores que redigiram esta Narrativa da Criação, pessoas que trabalhavam em Jerusalém nos primeiros tempos da monarquia, fizeram questão de documentar a importância real e mítica de sua querida Fonte Gion, inserindo o seu nome neste texto.

Possivelmente, uma vaga memória dos mitos e ritos ligados a esta fonte está escondida também por trás do fato de que Salomão, um dos filhos de Davi e o segundo rei israelita de Jerusalém, foi ungido rei justamente junto à Fonte Gion (confira 1Rs 1,28-40). O candidato mais indicado para a realeza, seu meio irmão Adonias, filho primogênito de Davi, viu frustrada sua tentativa de subir ao trono. Chama a nossa atenção que esta tentativa aparece relacionada a outra fonte de Jerusalém, a Fonte Rogel (“Pisoeiro”), que, em tempos de chuva, brota uns 300 metros abaixo da Fonte Gion (confira 1Rs 1,9-14). Tudo isso pode significar que, nestes primórdios da monarquia davídica e da dominação israelita em Jerusalém, os ritos da instalação de um rei ainda estavam marcados pelas tradições locais jebusitas, tradições ligadas a fontes e não a um templo. Algumas biblistas feministas atribuem um papel-chave cúltico às respectivas mães, Betsabéia e Hagit, em ligação a estas fontes consideradas sagradas, a seus mitos e ritos, e à instalação dos reis. Elas apontam para tradições semelhantes entre outros povos da região, e para o fato de que o Cântico dos Cânticos alega que foi Betsabéia que “coroou” seu filho Salomão (confira Ct 3,11). Infelizmente, tradição e redação androcêntricas dos escritos bíblicos não preservaram maiores informações a este respeito e, por enquanto, também não dispomos de outros textos ou de achados arqueológicos que poderiam iluminar a questão.

Mas toda esta provável importância das mulheres e dos cultos a divindades femininas não deve nos cegar para um fato importante: as fontes, portadoras e símbolos da vida, já estão sendo exploradas para os fins da monarquia que é um sistema portador de morte. As próprias mulheres colaboram com este sistema, tecendo redes de intrigas no interesse do poder próprio. Realmente, precisamos de conversões muito profundas, para libertar a nós mesmos/as e a toda a Terra de tais mecanismos da morte, para poder ajudar na libertação e na recuperação das fontes, das mulheres e dos homens, das relações de poder...

Gion, a fonte de águas disputadas e abusadas

Já dissemos que Gion é uma fonte perene que não morre nem nos piores tempos de seca. Este tipo de fonte é o mais precioso para qualquer assentamento humano, mas ele também traz um problema grave para assentamentos de sociedades que não vivem mais em épocas de paz e não-violência. Em geral, as fontes encontram-se no fundo de vales, ao pé de uma colina, em lugares onde as águas que escorrem da colina encontram camadas de solo mais consistentes e quase impermeáveis e, por isso, traçam seu caminho rumo à superfície. Por outro lado, uma cidade construída no fundo de um vale, ao pé de uma colina, não oferece a menor segurança em situações de ataques e de guerras. Uma cidade “segura”, com chances de resistir ou rebater ataques militares, tem que ser construída em cima de colinas, no alto de uma montanha, e ser circundada por muralhas. Porém, estas exigências de segurança militar trazem um problema de água, quer em tempos de paz, quer em tempos de guerra.

Mesmo em tempos de paz, o povo sofria com as medidas voltadas para uma possível guerra: a água viva da fonte ficava longe das casas, e as mulheres – em geral as moças – tinham de enfrentar um caminho longo e penoso, carregando, sempre na ca-

beça, as jarras vazias colina abaixo e depois, pior ainda, colina acima as jarras cheias (confira 1Sm 9,11).

Quem já andou horas e horas com latas na cabeça, buscando água na cacimba ou no olho d'água ou igarapé “mais próximo”, sabe bem demais o que isso significa. Para muitas mulheres brasileiras, do Nordeste ou de outras regiões de pouca água, tal penosidade faz parte do dia-a-dia. Porém, ela não foi mandada pelo céu: surgiu em consequência de desmatamentos, falta de acesso a terras melhores e outros fatores sociopolíticos. Em uma palavra: surgiu em consequência da violação do ecossistema. Nos tempos primordiais, o ser humano ainda estava integrado neste sistema, o tinha como sagrado e percebia a si mesmo como parte deste Corpo Maior. E este ser humano sabia muito bem organizar sua vida para ela não ser apenas um sobreviver em condições hostis impostas pelos interesses de uns poucos outros seres humanos, e sim um viver em abundância, respeitando as necessidades básicas de todos e todas.

É verdade que nem para as mulheres cananéias e israelitas, que viviam milhares de anos antes de nós, a busca da água era tão fácil como o podia ser. Mas sua forma penosa também não era mais “natural”, já era consequência das exigências sociopolíticas que não deixaram que acontecesse o que aconteceu naturalmente nos tempos primordiais. Ao longo de milhares de anos no início da história da humanidade, antes de surgirem sociedades violentas e bélicas, era natural construir assentamentos e cidades nos vales, ao lado de córregos e rios, na vizinhança das melhores fontes de uma região. As pesquisas arqueológicas atentas a estes aspectos mostram claramente que sociedades igualitárias, pacíficas e não ameaçadas por outras sociedades guerreiras tinham, entre muitas outras, esta vantagem de acesso fácil às melhores águas – uma vantagem que facilitava em muito o dia-a-dia, não só das mulheres.

Em tempos de guerra surgia um problema mais grave ainda: uma cidade murada em cima de uma colina podia ser “fechada” e defendida contra o exército inimigo que estava atacando e sitiando a cidade, mas ela perdia o acesso à sua fonte. Pior ainda: enquanto o povo da cidade dependia das águas limitadas recolhidas nas últimas chuvas, guardadas nas cisternas, e chegava a passar sede, o inimigo tinha acesso livre à fonte preciosa, justamente por ela encontrar-se fora da cidade. É fácil imaginar o que esta diferença significava em tempos de guerra, para a qual eram escolhidos, de preferência, os meses da seca, para facilitar o deslocamento de soldados, cavalos e carros. A Bíblia fala com toda naturalidade da “época na qual os reis costumavam fazer guerra”, ou seja, da época da seca (confira, por exemplo, 1Rs 20,26).

Conseqüentemente, uma das características mais impressionantes de cidades fortificadas na terra de Canaã/Israel é o seu sistema de abastecimento de água. Não é um sistema de rede, orientado ao abastecimento das casas de famílias nos diversos bairros populares, e sim um sistema centrado em uma única questão: aumentar as condições estratégicas para os inúmeros casos de guerra. Para isso precisava-se garantir que a água da fonte não estivesse disponível para os inimigos fora da cidade, que ela fosse acessível, porém, para os defensores dentro da cidade sitiada, e que este acesso não se tornasse justamente o ponto fraco na defesa da cidade. Os resultados destes cui-

dados podem ser verificados em muitos sítios arqueológicos que exibem restos das respectivas construções dos séculos XV a V aEC. Especialmente interessante – e chocante para uma consciência ecofeminista – é a situação de Jerusalém, documentada de forma espetacular nos escritos do Primeiro Testamento.

O sistema subterrâneo dos jebuseus

Um dos povos cananeus moradores da região, o povo jebuseu, construiu uma cidade na colina acima da Fonte Gion, mais tarde chamada de Colina Sul-Oriental. A cidade foi chamada de Jebus ou Urushalimu, Fundação do Deus Shalem. Não sabemos se a associação com a palavra *shalom*, paz, tenha sido intencional. Em todo caso, a organização da cidade não mostrava muita devoção à paz: era uma cidade-estado que correspondia ao padrão sociopolítico desenvolvido desde o século XV aEC: um pequeno reino dispendo de tudo que precisava, ou seja, palácio, templo, e edifícios administrativos e militares para o rei e sua família, os nobres, os ministros e funcionários, os sacerdotes e militares. “Naturalmente”, para a situação da época, tudo isso estava circundado e protegido por uma grande muralha. Esta muralha encontrava-se, por motivos estratégicos, na parte superior da colina, deixando fora seus flancos e, sobretudo, o fundo do vale onde jorrava a Fonte Gion. Enfim, a cidade jebusita de Jerusalém era antes uma fortaleza para a elite do que um lugar para o povo viver.

Enquanto Israel era uma sociedade tribal que normalmente limitava-se a guerras de defesa, empreendidas com exércitos populares recrutados na hora da necessidade e dissolvidos depois, Jerusalém, como muitas outras cidades-estado cananéias, permaneceu intocada no meio dos territórios das tribos. Esta situação mudou, porém, com o surgimento da monarquia, especialmente a partir de Davi, que formou um exército profissional, parte por mercenários, e se pôs a conquistar cidades e terras inimigas. A cidade de Jebus era especialmente preciosa para seus planos imperialistas, porque ela estava situada entre as duas regiões principais que faziam parte do seu reino: entre o “Sul”, Judá, e o “Norte”, Israel. Tendo sido declarado rei destas duas partes, Davi planejava conquistar Jebus, para ter sua “própria” cidade, que não pertencia a nenhuma das duas regiões, e continuar ampliando seu império a partir deste centro político, religioso e militar.

No Segundo Livro de Samuel, o capítulo 5 contém uma certa memória do que aconteceu neste momento. Parece que os jebuseus confiaram cegamente nas medidas de defesa de sua cidade, ao ponto de o texto narrar que zombaram de Davi, dizendo que os cegos e aleijados bastariam para repelir seu exército (2Sm 5,6). Porém, o versículo seguinte (5,7) constata que Davi conquistou esta fortaleza e fez dela “a Cidade de Davi”. Isso significa: Davi transformou-a em território de seu domínio particular, como convinha na situação delicada de unir na sua pessoa dois territórios diferentes, o do Sul e o do Norte. Infelizmente, exatamente o próximo versículo, que narra a estratégia militar empregada por Davi para conseguir entrar na cidade, está corrompido: o que nos restou no texto hebraico pode ser traduzido com: “Davi disse: Todo aquele que ferir os jebuseus e subir pelo veio...” A palavra *tsinor*, traduzida aqui por “veio”, tem o

significado de um simples buraco, ou seja, de um acesso subterrâneo vertical, não de um canal horizontal que conduz água de um lado para outro.

Ao longo de séculos, este fragmento de frase ficou obscuro até que, uns 120 anos atrás, escavações arqueológicas puseram a descoberto uma obra de engenharia que pode ser identificada com este *tsinor*. Tal tipo de obras já era conhecido de outras cidades da época como, por exemplo, do sítio arqueológico de Meguido, que é uma colina de ruínas desabitada. Mas no caso de Jerusalém, cidade sagrada para três religiões, habitada e disputada por muita gente diferente, escavações eram e são empreendimentos difíceis e delicados. Em todo caso, foi descoberto um sistema de túneis e veios que começou dentro da parte antigamente murada da Colina Sul-Oriental. Este sistema era composto por três partes: um primeiro túnel de escadas muito inclinado de 14 metros de comprimento, na sua continuação um segundo túnel liso horizontal de 29 metros, e no fim deste túnel, como terceiro elemento, um veio de cerca de 13 metros de profundidade que alcançou, sempre por dentro da rocha, as águas do Gion antes que estas jorrassem para fora. O acesso natural externo a estas águas era tampado e bem camuflado, para não ser encontrado por potenciais inimigos.

Quem buscasse água, tinha que descer pelos dois túneis e, no fim do segundo, descer sua jarra presa a uma corda. Quer dizer, na terceira parte do sistema não existiam escadas ou outros meios de passagem para pessoas. Do lado de dentro, ninguém podia descer até às águas e, mais importante ainda, do lado de fora, ninguém podia subir da fonte até os túneis e sair no interior da cidade. Portanto, estamos diante de um dos muitos exemplos que mostram que uma cidade fortalecida da época contava com uma obra pública de construção caríssima, realizada certamente em regime de trabalho forçado, com apenas uma única função: garantir, em tempos de guerra, o abastecimento de água para os defensores da cidade, e evitar o aproveitamento desta água pelos agressores e sitiante.

Não podemos reconstruir com certeza a estratégia bélica aplicada por Davi para conseguir vencer este obstáculo. Ela deve ter consistido ou em animar algum dos seus soldados a encontrar um jeito de subir os 13 metros, ou em subornar algum morador da cidade, cooptando-o a descer uma corda para tal fim. Em todo caso, quer-nos parecer uma certa ironia da história e da natureza, justamente esta obra tornar-se porta aberta para os conquistadores... É como se as águas violentadas e encarceradas da Fonte Gion, proibidas de jorrarem livremente, tivessem reagido a tal violência e abuso... Por outro lado, para nossa atual consciência e avaliação crítica deste tipo de medidas políticas e estratégicas, não existe diferença ética entre o comportamento dos senhores jebuseus e dos senhores davídicos desta parte da natureza. Ambos apoderaram-se da fonte e suas águas e das rochas, as feriram e as violentaram em prol de seus fins voltados para a morte. Seja qual for a interferência abusiva e a exploração da natureza e de suas riquezas, mais cedo ou mais tarde elas provocam conseqüências e reações que prejudicam as pessoas humanas – em primeiro lugar aquelas que são as mais fracas e que já estão oprimidas por tantos outros mecanismos de tais atitudes exploradoras.

As águas mansas de Silóé

Temos várias informações sobre grandiosas obras públicas realizadas em Jerusalém na primeira fase da monarquia davídica, entre elas o palácio e o templo, e também um maior fortalecimento da cidade. Porém, não temos informações diretas sobre o destino do *tsinor* e da Fonte Gion. Parece que o sistema subterrâneo foi considerado o ponto fraco da defesa e, por isso, foi desativado, ou seja, fechado. Ou, quem sabe, talvez tivesse prevalecido o bom senso de quem gostava da melhor água disponível (e provavelmente sobretudo de quem precisava buscá-la), julgando o acesso difícil e cansativo demais e, por isso, optando por desobstruir o acesso natural à fonte.

Em todo caso, notícias em torno de 730 aEC trazem uma grande novidade: elas falam do “Siloé”. A forma aportuguesada deste nome baseia-se na palavra hebraica *shiloah*, derivada da raiz *sh-l-h*, que significa “enviar, mandar, despachar”. Ligado ao campo semântico da água, significa um canal que “manda” águas de um rio ou de uma fonte para outros lugares, com a intenção de levá-las para mais perto das casas ou de espalhá-las no meio de canteiros e roças. O nome pode sinalizar, portanto, uma obra técnica voltada para o uso pacífico, adequado, humana e ecologicamente correto deste elemento da natureza.

Novamente, escavações arqueológicas esclareceram detalhes: o Siloé era um canal que começava na Fonte Gion e conduzia suas águas ao longo do Vale Cedron. Em parte estava aberto, em parte tampado com lascas de pedras para evitar acidentes, poluição, evaporação, etc. Tinha algumas aberturas laterais que podiam ser tampadas e destampadas, para levar água às pequenas plantações no lado oriental do vale. Estas plantações – canteiros ou pequenas roças – são possivelmente aquilo que a Bíblia chama de “Jardim do Rei” (confira, por exemplo, 2Rs 25,4 e Jr 39,4). Não temos maiores informações sobre esta localidade, e há que suspeitar de que também esta obra pública chamada de Siloé estava voltada em boa parte para o embelezamento ou abastecimento de propriedades privadas da dinastia davídica. Mas ela não deixava de ter um certo valor popular, porque não se percebe, e não foram denunciados pelos profetas, mecanismos vedando o fácil acesso da população comum.

Nos conflitos político-militares entre os reinos locais do século VIII aEC, este Siloé, o canal pacato do Gion, ganhou uma importância simbólica na denúncia profética da situação. Foi na véspera da chamada Guerra Siro-Efraimita, uma aliança bélica entre Israel e Aram: Pelo ano 732, Facéia, filho de Romelias, o rei de Israel, aliou-se a Rason, rei de Aram, e os dois reinos ameaçaram com guerra o Reino de Judá cujo rei era Acáz. Naquela época, a Assíria já era a nova potência internacional da região, porém ainda não tinha influência direta sobre Israel ou Judá. Mesmo assim, Acáz estava pensando em procurar a ajuda militar assíria e fechar um acordo com o rei assírio Teglat-Falasar. Este acordo não significava, porém, um pacto entre iguais, e sim uma chamada “aliança”, na qual Judá iria tornar-se vassalo do suserano assírio. Em outras palavras, destacando o aspecto religioso desta opção política: o futuro “Senhor” de Judá não seria Yhwh, e sim o rei da Assíria. E destacando o aspecto socioeconômico: além de pagar impostos ao seu próprio rei, o povo de Judá e Jerusalém também teria

que financiar o tributo que este precisaria pagar ao seu suserano assírio. Portanto, a conjuntura era delicada e estava levando a uma decisão política de longo alcance que provocou a denúncia do profeta Isaías, por motivos sociais e religiosos.

Além das iniciativas voltadas para ganhar o apoio militar da Assíria, Acáz empreendeu também algumas iniciativas para melhorar a situação militar do seu próprio estado e da sua capital. Em um determinado momento, estava vistoriando o sistema de abastecimento de água da cidade, e Isaías foi enviado para procurar o rei no “canal do reservatório superior”, provavelmente o Siloé (Is 7,3). A profecia proferida em si não contém qualquer simbologia ligada ao canal. Ela apenas chama para manter a calma diante dos poderes terrestres inimigos e confiar no poder divino de Yhwh (7,4-9). Mas tendo sido a ordem expressa de Yhwh enfrentar o rei neste local, ela recebe uma conotação especial: não serão as obras de engenharia e as medidas de segurança nacional que garantem a paz e o bem-estar do povo.

No entanto, Acáz não conseguiu mobilizar a fé ao ponto de ficar “calmo”. Preferiu investir em mobilização militar e dependência da maior superpotência do mundo da época. Por isso, Isaías, apenas pouco mais tarde, denunciou outra vez a atitude do rei com as seguintes palavras (Is 8,5-8):

“Yhwh disse:

‘Já que este povo desprezou as águas de Siloé que correm mansas,
apavorado diante de Rason e do filho de Romelias,
o Senhor vai trazer para ele as águas torrenciais e impetuosas do rio Eufrates
(o rei da Assíria com toda sua força):
elas enchem o leito, transbordam por todas as margens,
invadem Judá, o inundam e lhe sobem até o pescoço.’”

O próprio Yhwh compara sua palavra, sua vontade, às “águas mansas” do Siloé. Neste caso, o ponto de comparação não são a força e riqueza imediatas da própria natureza como, por exemplo, no lamento de Jr 2,13: “eles abandonaram a mim, a fonte de águas vivas, e cavaram para si cisternas, cisternas rachadas que não seguram a água”. Aqui, a palavra profética se aproveita da situação criada pela obra humana bem integrada no seu ambiente: não faz um jogo com o nome da fonte, Gion, não se refere à água que “jorra”, senão ao fato de que o canal oriundo desta fonte tem uma inclinação tão insignificante que sua água corre devagar, mansa. Estas palavras evocam a imagem de uma pequena corrente de água pacata, inofensiva e controlada adequadamente pela tecnologia humana, evocam o som de uma água que corre cantando e murmurando uma mensagem de paz e de harmonia, de fartura e de beleza. Tudo isso torna-se símbolo de uma atitude pacífica, não violenta, cheia de confiança em Yhwh, atitude esta abandonada pela política externa irresponsável de Acáz.

Há que perguntar se foi realmente o “povo” que fez esta escolha errada, como diz Isaías, ou se não foi principalmente a elite que optou por procurar segurança em alianças duvidosas. Será que não foi uma interpretação posterior que jogou a culpa no povo todo? Isso seria um mecanismo bem conhecido por nós, tantas vezes dirigido contra povos com certos tipos de governos irresponsáveis, que desta forma sofrem duas ve-

zes: pelos maus-tratos dos seus governantes, e pelos maus-tratos da opinião pública da comunidade internacional.

A conseqüência da atitude errada de Acaz é esboçada também através de aspectos da simbologia multifacetada da água. O rio Eufrates, um dos maiores rios do Oriente Médio, serve como símbolo da potência internacional cujas terras ele banha, o Império Assírio. A metáfora aproveita a força destruidora de inundações que podem ser provocadas de dois modos: Pelas enchentes dos grandes rios, engordados pela água do degelo nas terras montanhosas onde estes têm suas fontes e seus afluentes, ou pelas chuvas torrenciais de inverno que inundam, dentro de instantes, vales normalmente secos e arrastam toda a vida que neles se encontra. A região de Judá não é banhada por grandes rios, portanto não conhece a primeira variante de inundações, mas ela conhece muito bem a segunda, já que as suas terras montanhosas provocam, na época do inverno, o esvaziamento das nuvens que vêm do Mar Mediterrâneo. As palavras escolhidas por Isaías apelam para esta segunda experiência muito conhecida de seus ouvintes, e a transferem e ampliam para a situação própria do império inimigo na Mesopotâmia, na terra “entre os rios” Eufrates e Tigre.

É bom notar que a metáfora, como toda metáfora, não se baseia numa visão romântica unilateral da natureza, de seus elementos e das suas forças, porque não exclui o lado perigoso, ameaçador e fatal delas. Ao contrário, ela obtém sua força justamente de uma visão muito realista dos dois aspectos. Reconhece que tanto na natureza quanto na força divina do cosmo regem os dois aspectos (o aspecto da vida e o aspecto da morte) mas destaca que a liberdade e a inteligência humanas podem reforçar ou enfraquecer o aspecto da vida. Esta visão corresponde a um princípio da espiritualidade ecofeminista, de reconhecer a transitoriedade e ambigüidade de tudo que existe, ou seja: reconhecer que a morte faz parte da vida, porque tudo passa, e porque tudo é composto por elementos positivos e negativos.

Mas voltemos, por mais um instante, às águas do Siloé que correm mansas... Elas regam e tornam férteis a nossa memória, a nossa consciência, a nossa fantasia... Elas me lembram as “águas mansas” da minha região, me lembram do Rio Araguaia e de seu destino no âmbito dos grandes projetos desenvolvidos pelos governos dos estados que ele percorre – um destino que equivale à sua condenação à morte... Os poderes públicos e “privados”, em primeiro lugar os poderes econômicos, desprezam suas águas mansas que são a vida de inúmeras nações indígenas, famílias de pescadores, pequenos agricultores e chacareiros, de peixes, botos, aves, de árvores, plantas e matas... Eles valorizam apenas o lucro que beneficiará um pequeno grupo de investidores que se aproveitará da construção da “Hidrovia Araguaia-Tocantins”, de seus canais e portos, suas eclusas e pontes, e depois da navegação a serviço da exportação da soja, dos minérios e dos outros produtos gerados nesta parte do corpo generoso da nossa Mãe Terra... Eles provocam “inundações” por ondas de destruição, de empobrecimento e fome, de violência e migração... E o povo é acusado de gostar disso – afinal foi ele que elegeu com toda liberdade democrática os seus representantes que priorizam tais projetos... Novamente, precisaremos de conversões muito profundas, de organizações e movimentos muito fortes, para libertar as pessoas do engano de pensar que este tipo de

projetos sirva para um verdadeiro “progresso”, para salvar o Araguaia, o Tocantins e todas as coisas vivas ligadas ao seu sistema da morte anunciada...

O Túnel de Siloé

Poucos anos depois do reinado de Acaz, encontramos o Siloé mais uma vez no centro da atenção, mas desta vez não no sentido profético que simboliza vida, senão como obra ligada a armamentos, guerra e morte. Estamos no fim do século VIII aEC. O rei Ezequias, na Obra Historiográfica Deuteronomista altamente elogiado por sua tentativa de realizar uma pretensa reforma religiosa, estava empregando na verdade a maior parte de suas energias e das finanças públicas em prol de reformas militares. Como se podia prever, Judá tinha-se tornado vassalo da Assíria. Mais do que o conseqüente empobrecimento da população, era a falta de independência nacional que incomodava o rei. Ele estava encaminhando, com muita providência e bastante inteligência bélica, uma revolta contra a Assíria. Sabendo que esta revolta provocaria um ataque do exército assírio, ele mandou preparar da melhor forma o estado de Judá e a cidade de Jerusalém para esta resposta inevitável à sua tentativa suicida de reconquistar o pleno poder político da dinastia davídica. Indícios arqueológicos mostram que várias cidades fortificadas de Judá tiveram suas muralhas e outras instalações militares reforçadas, para que o exército assírio encontrasse a maior resistência a partir destas cidades quando entrasse no território de Judá para vingar-se da revolta. Também para a cidade de Jerusalém encontramos uma lista de medidas estratégicas e de armamento, preservada em Is 22,8-11:

- A capital teve a sua muralha e outras fortificações reformadas e reforçadas; para isso foram até destruídas casas familiares.

- Já que a cidade tinha crescido muito, principalmente em função das ondas de refugiados vindos do Reino de Israel destruído pelos assírios em 722 aEC, tornava-se urgente proteger os novos bairros por uma chamada “segunda” muralha.

- As armas guardadas nos armazéns do palácio foram vistoriadas, aumentadas e modernizadas.

- O sistema de abastecimento de água em geral foi revistado e consertado.

- O Siloé, o canal aberto fora da cidade, tornou-se ponto fraco intolerável na situação prevista de um sítio de Jerusalém. A obra empreendida para solucionar este problema é mencionada várias vezes em escritos diferentes do Primeiro Testamento:

“Entre as duas muralhas,
você fizeram um depósito para a água do reservatório velho.”

(Is 22,11)

“O resto da história de Ezequias, e do que ele fez,
e como construiu o reservatório e o aqueduto para levar água à cidade,
tudo está escrito nos Anais dos Reis de Judá.”

(2Rs 20,20)

“Foi Ezequias quem fechou a saída superior das águas do Gion e as desviou, por um subterrâneo, para a parte ocidental da Cidade de Davi.”

(2Cr 32,30)

“Ezequias fortificou a sua cidade e conduziu água para dentro dela.

Cavou com ferro um canal na rocha e construiu reservatórios de água.”

(Eclo 48,17)

Estas notícias descrevem com palavras bastante modestas uma das obras mais célebres da engenharia em tempos bíblicos, encontrada e pesquisada por arqueólogos desde 1880: Ezequias mandou escavar, através da Colina Sul-Oriental da Cidade de Davi, um túnel para conduzir as águas da Fonte Gion para um lugar dentro das muralhas. Lá foi construído um novo reservatório, a chamada “Piscina de Siloé”. Este nome é bastante conhecido por causa do capítulo 9 do Evangelho de João: Jesus colocou barro nos olhos do homem cego de nascença e o mandou lavar-se na Piscina de Siloé. Mas fica para outra ocasião a reflexão sobre a relação entre as forças curadoras de Jesus, o “Enviado do Pai”, e as águas da Piscina de Siloé, da qual se diz explicitamente que seu nome significa “o Enviado” (confira Jo 9,7).

O túnel que se tornou canal das águas oriundas da Fonte Gion tem um comprimento de 533m, uma inclinação ideal de 0,5%, e foi cavado começando pelos dois lados, seguindo em linha curva e orientando-se pelas camadas mais moles da rocha. Tudo isso mostra uma técnica altamente avançada de agrimensura e um planejamento extremamente sofisticado. Enfim, é testemunho de uma tendência perseguida até hoje: de investir inteligência e dinheiro (público) muito menos em projetos que trazem bem-estar para a população, do que em projetos pretensivos que possam trazer poder e fama para uma pequena elite, mas trazem miséria e morte para o povo.

Neste aspecto, comparo o reservatório e o canal de Ezequias à barragem e ao lago artificial de Siqueira Campos, “criador e governador eterno” do estado do Tocantins. Esta obra não traz benefício nenhum para a população, porque as energias geradas são vendidas para fora do Estado e até para fora do Brasil. Os povos indígenas e chacareiros atingidos mal são indenizados – se existir indenização por tais percas e estragos. Mas a empresa que realiza a obra continuamente nega que existam “atingidos” por barragens e alega que todos são “beneficiados”...

Infelizmente, as nossas traduções e os nossos comentários bíblicos ajudam pouco para denunciar tais atitudes de exploração e destruição: uma pessoa que lê, por exemplo, na Bíblia Edição Pastoral em 2Rs 20,20 que Ezequias construiu um aqueduto para levar água à cidade, já pode estar suficientemente esclarecida e crítica para não supor que ele mesmo botou a mão na massa, mas dificilmente imagina que não se tratava de uma medida popular para levar água a bairros com dificuldade de abastecimento, senão de uma iniciativa armamentista, uma das mais caras jamais realizadas por um rei de Jerusalém.

A obra gloriosa de Ezequias ganhou, como era de se esperar, uma placa comemorativa, como deve ter sido costume também em outros casos onde, porém, estas placas não foram preservadas ao longo dos milênios. No caso do Túnel de Ezequias, a placa foi

encontrada bem no seu meio e pode ser contemplada hoje em dia no Museu de Istambul (na época da descoberta, a região fazia parte do Império Otomano, ou seja, turco). Faltam algumas partes da inscrição, mas seu texto reza aproximadamente assim:

“Terminou a perfuração. E eis a história da perfuração: Quando (os operários) ainda (levantavam) a picareta, um contra o outro, e quando ainda precisavam ser furados três côvados, (escutava-se) como um gritava para o outro, (dizendo) que se abriu um buraco na rocha, para a direita e (para a esquerda?). E no dia da perfuração, os operários do túnel estavam batendo um contra o outro, picareta contra picareta, e as águas correram da fonte para a piscina, ao longo de 1200 côvados; e 100 côvados foi a altura da rocha sobre a cabeça dos operários do túnel.”

Todos os cuidados estratégicos de Ezequias, toda sua busca de apoio internacional – desta vez procurado do lado dos egípcios – não puderam evitar o que era, de fato, inevitável: o exército da Assíria atacou e devastou a terra de Judá. Jerusalém foi sitiada e, para não perder seu palácio e sua cidade, Ezequias teve de capitular. Mais tarde, a teologia da corte negou esta capitulação e criou a narrativa da retirada milagrosa do exército assírio, alegando que este tivesse sido “ferido por Yhwh” (confira 2Rs 19 e Is 37, textos elaborados durante o sítio babilônico de Jerusalém com o fim de desacreditar as profecias de Jeremias e Ezequiel que chamaram à capitulação). Mas lendo por trás das palavras do Primeiro Testamento, e lendo dos documentos assírios, podemos perceber a verdade histórica: foi uma rendição na última hora, diante da total destruição do seu reinado. Nas próximas décadas, Jerusalém voltou a ser uma simples cidade-estado, enquanto o território de Judá se tornou domínio dos filisteus de Gaza, Asdod e Acaron.

Cabem aqui algumas reflexões ecofeministas sobre a guerra e suas conseqüências. O grito da terra devastada de Judá, desnudada de suas plantações e árvores, foi emudecido quase completamente pela historiografia. Restou apenas um eco fraco no lamento de Is 1,7-8:

“A terra de vocês está devastada, as cidades incendiadas,
as roças são devoradas por estrangeiros, bem diante dos olhos de vocês.
O que sobrou é um deserto devastado pelos inimigos...
Jerusalém sobrou como uma cabana numa plantação de abóbora após a colheita.”

Este grito faz lembrar daquilo que sabemos muito bem: a agressão bélica contra seres humanos sempre vai junto com a agressão contra a natureza. A natureza torna-se arma de guerra para prejudicar o inimigo. Quem faz a “colheita” e destrói roças, hortas, rebanhos e bosques, não é o povo que os cultivou. Quem faz a colheita, a colheita abusiva, é o exército inimigo que precisa dos víveres para alimentar seus soldados, que precisa da madeira para construir suas máquinas de guerra, que destrói o que sobra para enfraquecer a população e o estado. De forma semelhante existe uma agressão bélica específica voltada contra as mulheres: estuprar as mulheres do inimigo faz parte das atrocidades “comuns” até hoje. Além disso, nas guerras do Antigo Oriente, mulheres eram consideradas despojo e levadas para serem escravas e concubinas, um destino ligado de novo à sua exploração

sexual. Violentar os corpos de mulheres, crianças e pessoas idosas fez e faz parte das estratégias de guerra que visam provocar terror e humilhar o inimigo.

Conclusão: água viva para nosso futuro

Terminou o nosso passeio histórico ao longo das águas da Fonte Gion que jorram para alimentar corpos e seus sonhos de vida em plenitude, ao longo do Siloé cujas águas correm mansas. Voltemos a nossa vista para o futuro: Numa perspectiva ecofeminista, qual é a visão que pode nos ajudar a viver bem? Viver de forma respeitosa e carinhosa, com a água e com todos os outros elementos da natureza, entre eles especialmente os seres humanos? Ou seja: viver bem como o grande Corpo da Terra do qual fazemos parte? “O que devemos fazer?” (Lc 3,10). Fazemos nossa a pergunta das pessoas mais diversas que mergulharam nas águas do Jordão, em sinal de sua disposição de “converter-se”, de viver de modo diferente em prol do Reino de Deus que abraça toda a vida como sagrada.

As propostas das espiritualidades ecofeministas pedem, basicamente, para converter as nossas relações egocêntricas, hierárquicas, androcêntricas e antropocêntricas em relações de igualdade e de parceria, em relações ecocêntricas. Chega de “todo mundo” – toda a Terra e toda a Natureza – viver mal por causa da dominação exploradora violenta das classes altas sobre as classes baixas, dos homens sobre as mulheres, dos seres humanos sobre o restante das coisas vivas! Chegou a hora de colocar no centro o ecossistema, entendido como um sistema de círculos de vida onde tudo está interligado, sem algum grupo de seres humanos ser “o centro do mundo”. Chegou a hora de criar redes de vida que oferecem espaço para os nossos “sentimentos doces”, as atitudes de carinho, cuidado e solidariedade diante de tudo que faz parte do Grande Corpo da Terra. Das relações recriadas nestas redes jorrarão águas vivas, de força, carinho e clareza, que alimentarão as nossas vidas e lutas por uma Terra melhor.

Mônica Ottermann
Caixa postal 142
Palmas/TO
77054-970
monicacebi@hotmail.com